

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

Aos 31 dias do mês de março de 2021, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
3. **Discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 473/XIV/1.º (PS) - Aprova a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital e 498/XIV/1.ª (PAN) - Aprova a Carta dos Direitos Digitais e um conjunto de medidas complementares que asseguram o reforço das garantias dos cidadãos no domínio digital;**
4. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - A) - **Parecer conjunto sobre os Projetos de Lei n.ºs 690/XIV/2.ª (CDS-PP) - 11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais), em matéria de candidaturas propostas por Grupos de Cidadãos Eleitores, 694/XIV/2.ª (PAN) - Assegura a suspensão de vigência das alterações que limitam os direitos de candidatura dos pequenos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores, aprovadas pela Lei Orgânica n.º 1-A/2020, de 21 de agosto, durante o ano de 2021, e procede à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto; 719/XIV/2.ª - Pela reposição das condições de participação cívica e eleitoral cidadã (11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto e 6.ª alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto) n.º 728/XIV/2.ª (IL) - Altera a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (11.ª Alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto);**

Relator: Deputado Hugo Carneiro (PSD)

B) - Pareceres sobre os seguintes Projetos de Lei:

Projeto de Lei n.º 710/XIV/2.ª (PS) - Clarifica e simplifica procedimentos de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores aos órgãos das autarquias locais, procedendo à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais;

Projeto de Lei n.º 715/XIV/2.ª (PSD) - Consagra um regime excecional e temporário, no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo Vírus SARS-COV2 e pela doença Covid-19, de redução do número de proponentes necessários à apresentação de candidaturas de grupos de cidadãos às eleições gerais para os órgãos das autarquias locais a realizar em 2021, bem como procede à vigésima terceira alteração à Lei Eleitoral do Presidente da República, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, e à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

Projeto de Lei n.º 730/XIV/2.ª (PCP) - Altera a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais em matéria de inelegibilidades especiais (11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro, 3/2005, de 29 de agosto, 3/2010, de 15 de dezembro, e 1/2011, de 30 de novembro, pela Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2017 e 2/2017, de 2 de maio, 3/2018, de 17 de agosto, 1A/2020, de 21 de agosto e 4/2020, de 11 de novembro);

Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)

C) - Parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 701/XIV/2.ª (IL) - Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos e 702/XIV/2.ª (NinscCR) - Altera o Código Penal, atribuindo a natureza de crime público aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual;

Relatora: Deputada Cláudia Santos (PS)

5. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 72/XIV/2.ª (GOV) - Aprova a Lei-quadro do estatuto de utilidade pública;
6. Fixação, nos termos conjugados do n.º 6 do artigo 128.º e do artigo 156.º do RAR, da redação final do texto do Projeto de Resolução n.º 1027/XIV/2.ª(PCP)- Recomenda ao Governo que dê prioridade ao recrutamento dos recursos humanos necessários para o funcionamento do sistema prisional e tutela”;
7. Discussão e votação do relatório sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2019/816 que cria um sistema centralizado para a determinação dos Estados-Membros que possuem informações sobre condenações de nacionais de países terceiros e de apátridas (ECRIS-TCN) tendo em vista completar o Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais e o Regulamento (UE) 2019/818 relativo à criação de um regime de interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE no domínio da cooperação policial e judiciária, asilo e migração, e que altera os Regulamentos (UE) 2018/1726, (UE) 2018/1862 e (UE) 2019/816, para efeitos da introdução de uma triagem dos nacionais de países terceiros nas fronteiras externas [COM (2021) 96];

Relatora: Deputada Romualda Fernandes (PS);

8. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Direção do Centro de Estudos Judiciários e de representantes a indicar pela Polícia de Segurança Pública e pela Guarda Nacional Republicana, sobre formação de magistrados e das forças de segurança no âmbito da violência doméstica;
9. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do Projeto de Voto n.º 505/XIV/2.ª (PSD) – De congratulação por ocasião do 100.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Amarante;
10. Apresentação do relatório de participação, por videoconferência, na reunião interparlamentar promovida pela Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu (JURI) sobre o tema «Legislar Melhor de um Ponto de Vista Digital», realizada em Bruxelas, a 27 de outubro de 2020;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

Relatores: Deputado José Magalhães (PS) e Deputada Emília Cerqueira (PSD);

11. **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 18/XIV/1.ª - Legalização da Prostituição em Portugal e/ou Despenalização de Lenocínio, desde que este não seja por coação "**

Relatorias: Deputadas Elza Pais e Joana Sá Pereira (PS)

12. **Distribuição e admissão de Petições, designadamente:**

Petição n.º 222/XIV/2.ª - Por mais regulação na venda de foguetes e engenhos pirotécnicos;

Petição n.º 225/XIV/2.ª - Solicitam que os descontos para o Serviço de Assistência na Doença da GNR incidam sobre 12 meses de remuneração base;

13. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTA DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
PPL 80/XIV/2.ª (GOV)	Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) INFARMED

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
750/XIV/2.ª (PCP)	Retoma das medidas de acolhimento e programa de autonomização de crianças e jovens em perigo (quinta alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)	Deputada Isabel Rodrigues (PS) CSMP, OA, CSM e Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens
751/XIV/2.ª (PEV)	Reforça a proteção no acolhimento de crianças e jovens (alteração à Lei n.º 147/99, de 01 de setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)	Deputada Isabel Rodrigues (PS) CSMP, OA, CSM e Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

757/XIV/2.ª (Ninsc CR)	Reforça a participação política dos grupos de cidadãos eleitores	Deliberado não emitir parecer atento facto do seu agendamento para Plenário a 08-04-2021 CSM, CSMP, OA, CNE, ANMP, ANAFRE, e Direção para a Área de Administração Eleitoral da Secretaria-Geral da Administração Interna
759/XIV/2.ª (IL)	Elimina o dia de reflexão e modifica os períodos de votação	Deliberado não emitir parecer atento facto do seu agendamento para Plenário a 08-04-2021 CSM, CSMP, OA, CNE, ANMP, ANAFRE, e Direção para a Área de Administração Eleitoral da Secretaria-Geral da Administração Interna
PJL 581 XIV 2.ª (Inic. legislativa de cidadãos)	Proibição das corridas de cães em Portugal (competente: CAM (7.ª) / <u>em conexão: 1.ª Comissão</u>)	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
PJL 768/XIV/2.ª (CDS-PP)	Consagra a natureza de crimes públicos dos crimes de ameaça e de coação, adequando-os ao crime de violência doméstica (quinquagésima terceira alteração ao Código Penal)	Deputada Cláudia Santos (PS) CSM, CSMP, OA,

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
1131/XIV/2.ª (CH)	Recomenda ao governo o reforço do policiamento nas escolas (em conexão com a 8.ª Comissão)	Solicitada pelo proponente a discussão em Plenário
1147/XIV/2.ª (BE)	Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam dotar os/as cidadãos/ãs de comunidades nómadas de uma morada que lhes possibilite a obtenção de cartão de cidadão e um exercício de direitos igual ao dos/as demais cidadãos/ãs	Solicitada pelo proponente a discussão em Comissão
1162/XIV/2.ª (IL)	Pelo direito das crianças a brincar nos parques infantis (em conexão com a 13.ª Comissão)	Solicitada a redistribuição à 13.ª Comissão

No segundo ponto, foi anunciada a baixa à Comissão do seguinte Projeto de Voto, tendo o Senhor Presidente informado que a respetiva discussão e votação seria agendada para a reunião seguinte.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

PROJETO DE VOTO

N.º AUTOR	ASSUNTO
515/XIV/2.ª (PSD)	De saudação ao militar da GNR pelo salvamento da vida de uma criança

No ponto seguinte, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs [473/XIV/1.º \(PS\)](#) - Aprova a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital e [498/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Aprova a Carta dos Direitos Digitais e um conjunto de medidas complementares que asseguram o reforço das garantias dos cidadãos no domínio digital, que baixaram à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para discussão e votação na generalidade a 14 de julho de 2020 e a 16 de setembro de 2020, respetivamente.

Relativamente ao Projeto de Lei n.º 473/XIV/1.ª (PS), a 11 de setembro de 2020, foram solicitados pareceres ao [Conselho Superior do Ministério Público](#), ao [Conselho Superior da Magistratura](#), à [Ordem dos Advogados](#), ao [Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais](#) e à [Comissão Nacional de Proteção de Dados](#) e, a 30 de setembro de 2020, ao [Centro Nacional de Cibersegurança](#), tendo sido recebidos contributos da [Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos](#), da [Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação](#), da [Associação Portuguesa de Editores e Livreiros](#), da [Associação Portuguesa de Imprensa](#), da [Autoridade Nacional de Comunicações](#), da [Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor](#), da [Entidade Reguladora para a Comunicação Social](#), da [Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais](#) e da [Associação Portuguesa de Defesa de Obras Audiovisuais](#), da [Sociedade Portuguesa de Autores](#) e da [Associação ISOC Portugal Chapter](#).

Relativamente ao Projeto de Lei n.º 498/XIV/1.ª (PAN) foram solicitados pareceres, a 22 de setembro de 2020, ao [Conselho Superior do Ministério Público](#), ao [Conselho Superior da Magistratura](#), ao [Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais](#) e à [Comissão Nacional de Proteção de Dados](#) e, a 30 de setembro de 2020, ao [Centro Nacional de Cibersegurança](#), tendo sido recebido o [contributo conjunto da Associação](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

[Portuguesa de Imprensa e Visapress](#), [da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã](#), [da Associação Portuguesa de Marketing Direto](#), [da Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos](#), [do Movimento Cívico Anti-Pirataria na Internet](#) e [da Plataforma de Medias Privados](#), bem como os contributos da Associação Portuguesa de Imprensa, da [Autoridade Nacional de Comunicações](#) e do [Sindicato dos Jornalistas](#).

A 2 de outubro de 2020, as iniciativas em epígrafe baixaram a esta Comissão para discussão e votação na especialidade.

Em 19 de fevereiro de 2021, os Grupos Parlamentares do PS e do PAN apresentaram [propostas de alteração, sob a forma de texto único](#), que substituíram integralmente os Projetos de Lei n.ºs 473/XIV/1.ª (PS) e 498/XIV/1.ª (PAN), posteriormente [substituídas na íntegra](#) a 5 de março de 2021.

Em 15 de março de 2021, foram apresentadas propostas de alteração ao texto anteriormente referido pelos Grupos Parlamentares do [CDS-PP](#) e do [PSD](#). Em 22 de março de 2021, o Grupo Parlamentar do [PSD](#) apresentou novas propostas de alteração, substituindo na íntegra as anteriores. Em 24 de março de 2021, foram apresentadas propostas de alteração pelo Grupo Parlamentar do [PS](#).

Em 4 de março de 2021, no âmbito da discussão na especialidade dos projetos de lei em epígrafe, designadamente sobre as propostas de alteração sob a forma de texto único apresentadas em 19 de fevereiro de 2021 pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN, a Comissão realizou a [audição conjunta](#) das seguintes entidades:

- APRITEL – Associação dos Operadores de Comunicações Eletrónicas;
- FEVIP – Associação Portuguesa de Defesa de Obras Audiovisuais;
- GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais;
- MAPiNET – Movimento Cívico Anti Pirataria na Internet;
- VISAPRESS – Gestão de Conteúdos dos Media, Crl.;
- API - Associação Portuguesa de Imprensa;
- AUDIOGEST – Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

- Associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais;
- APDSI - Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Encontrando-se representados todos os Grupos Parlamentares e demais forças políticas que integram a Comissão, com exceção do Deputado único representante do partido CH, procedeu-se à discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei e das propostas apresentadas.

Na discussão que acompanhou a votação intervieram, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados José Magalhães (PS), Mónica Quintela (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Sara Madrugada Costa /PSD), Telmo Correia (CDS-PP), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP).

Da votação resultou o seguinte:

I - Articulado das propostas de alteração, sob a forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN, que foram objeto de propostas de alteração:

- **Alínea j) do n.º 2 do artigo 2.º**

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, com a introdução de um inciso sugerido pelo proponente, nos seguintes termos:

*«A definição e execução de medidas de combate à disponibilização ilícita e à divulgação de conteúdos ilegais em rede e de defesa dos direitos de propriedade intelectual e das vítimas de crimes praticados no ciberespaço» - **Aprovado por unanimidade;***

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN, e das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP – Prejudicadas em resultado da votação anterior;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

• **Artigo 3.º**

N.º 1

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD – **Aprovado**, com os votos a favor do PS, do PSD, do PAN e do CDS-PP e abstenções do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN – Prejudicado em resultado da votação anterior;

N.º 3

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD – **Aprovado por unanimidade**;

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN – Prejudicado em resultado da votação anterior;

• **Artigo 4.º**

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN, com a seguinte alteração sugerida pelo Senhor Presidente:

*«É proibida a interrupção intencional de acesso à Internet, seja parcial ou total, ou a limitação da disseminação de informação ou de outros conteúdos, salvo nos casos previstos na lei.» - **Aprovado por unanimidade.***

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD
- Prejudicado em resultado da votação anterior;

• **Artigo 5.º**

N.º 3

- na redação sugerida oralmente pelo Senhor Presidente nos seguintes termos:

«Para efeitos do número anterior considera-se, designadamente, informação comprovadamente falsa ou enganadora a utilização de textos ou vídeos enganadores

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

*manipulados ou fabricados, bem como as práticas para inundar caixas de correio e o uso de redes de seguidores fictícios.» - **Aprovado por unanimidade***

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN, e das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD – Prejudicado em resultado da votação anterior;

• **Artigo 8.º**

N.º 1

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP – **Aprovado**, com os votos a favor do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP, do PAN e abstenções do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN – prejudicado em resultado da votação anterior;

N.º 2

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN – **Aprovado por unanimidade**;

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP – *Retirado pelo proponente*;

• **Artigo 9.º**

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, com a seguinte alteração sugerida pelo Grupo Parlamentar do PS:

*«Todos têm direito a que **os conteúdos transmitidos e recebidos em ambiente digital** não sejam sujeitos a discriminação, restrição ou interferência em relação ao remetente, destinatário, tipo ou **conteúdo da informação**, dispositivo utilizado, aplicações ou, em geral escolhas legítimas das pessoas.» - **Aprovado por unanimidade**;*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN, e das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP – Prejudicado em resultado da votação anterior;

- **N.º 2 do artigo 12.º**

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS – **Aprovado**, com votos a favor do PS, votos contra do PSD, do PCP, do CDS-PP e do PAN e abstenções do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN - Prejudicado em resultado da votação anterior;

- **Alínea c) do n.º 1 do artigo 13.º**

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS – **Aprovado por unanimidade**;

- na redação das propostas de alteração sob forma de texto único apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN - Prejudicado em resultado da votação anterior;

- **N.º 2 do artigo 15.º**

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD – **Aprovado por unanimidade**;

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN - Prejudicado em resultado da votação anterior;

- **N.º 1 do artigo 16.º**

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS – **Aprovado por unanimidade**;

- na redação das propostas de alteração, sob forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN - Prejudicado em resultado da votação anterior;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

- **Artigo 20.º** (renumerado como artigo 21.º)

- na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD com alterações sugeridas pelo Grupo Parlamentar do PCP, nos seguintes termos:

«1. A presente lei entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

2. Até à entrada em vigor do diploma previsto no nº 2 do artigo 15º são aplicáveis as normas atualmente vigentes que regulam o impedimento do acesso ou remoção de conteúdos disponibilizados em violação do direito de autor e direitos conexos.» -

Aprovado por unanimidade;

II - Articulado das propostas de alteração, sob a forma de texto único, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN, que não foram objeto de propostas de alteração:

A solicitação do Grupo Parlamentar do PCP, foi votado em separado o artigo 5.º, número a número.

- **Artigo 5.º**

N.º 1

- na redação das propostas de alteração sob forma de texto único apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN – **Aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS-PP e do PAN, votos contra do PCP e abstenções do BE e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

N.º 2

- na redação das propostas de alteração sob forma de texto único apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN – **Aprovado**, com os votos a favor do PS, do PSD e do PAN e abstenções do BE, do CDS-PP, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

N.ºs 4 e 5

- na redação das propostas de alteração sob forma de texto único apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN – **Aprovado por unanimidade;**

N.º 6

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

- na redação das propostas de alteração sob forma de texto único apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PAN – **Aprovado**, com votos a favor do PS, do PSD e do PAN, votos contra do PCP e abstenções do BE, do CDS-PP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira;

- **Restante articulado – Aprovado por unanimidade.**

Entretanto, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente José Manuel Pureza (BE).

No quarto ponto, reservado à discussão e votação de pareceres, em primeiro lugar foi apreciado o [parecer conjunto](#) sobre os [Projetos de Lei n.ºs 690/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) - 11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais), em matéria de candidaturas propostas por Grupos de Cidadãos Eleitores, [694/XIV/2.ª \(PAN\)](#) - Assegura a suspensão de vigência das alterações que limitam os direitos de candidatura dos pequenos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores, aprovadas pela Lei Orgânica n.º 1-A/2020, de 21 de agosto, durante o ano de 2021, e procede à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto; [719/XIV/2.ª](#) - Pela reposição das condições de participação cívica e eleitoral cidadã (11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto e 6.ª alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto) [n.º 728/XIV/2.ª \(IL\)](#) - Altera a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (11.ª Alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD). No debate que se seguiu, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Joacine Katar Moreira (Ninsc), Telmo Correia (CDS-PP) e Hugo Carneiro (PSD). No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do CH.

Neste momento, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente José Magalhães (PS).

Seguidamente, foram apreciados os pareceres - [\(1\)](#), [\(2\)](#) e [\(3\)](#) - sobre os projetos de Lei n.ºs [710/XIV/2.ª \(PS\)](#) - Clarifica e simplifica procedimentos de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores aos órgãos das autarquias locais, procedendo à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais; [715/XIV/2.ª \(PSD\)](#) - Consagra um regime excecional e temporário, no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo Vírus SARS-COV2 e pela doença Covid-19, de redução do número de proponentes necessários à apresentação de candidaturas de grupos de cidadãos às eleições gerais para os órgãos das autarquias locais a realizar em 2021, bem como procede à vigésima terceira alteração à Lei Eleitoral do Presidente da República, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, e à décima primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais; e [730/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - Altera a lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais em matéria de inelegibilidades especiais (11.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro, 3/2005, de 29 de agosto, 3/2010, de 15 de dezembro, e 1/2011, de 30 de novembro, pela Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2017 e 2/2017, de 2 de maio, 3/2018, de 17 de agosto, 1A/2020, de 21 de agosto e 4/2020, de 11 de novembro), que foram apresentados pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE). Após as intervenções dos Senhores Deputados Hugo carneiro (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Telmo Correia (CDS-PP) e António Filipe (PCP), os pareceres foram submetidos a votação conjuntamente e aprovados por unanimidade, na ausência do PAN e do CH.

Foram igualmente apreciados os pareceres - [\(1\)](#) e [\(2\)](#) - sobre os Projetos de Lei n.ºs [701/XIV/2.ª \(IL\)](#) - Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos, e [702/XIV/2.ª \(NinscCR\)](#) - Altera o Código Penal, atribuindo a natureza de crime público aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, que foram apresentados pela respetiva relatora, Senhora Deputada Cláudia Santos (PS). Após as intervenções das Senhoras Deputadas Mónica Quintela (PSD) e Joacine Katar Moreira (Ninsc) e dos Senhores Deputados Telmo Correia (CDS-PP) e António Filipe (PCP), os pareceres foram submetidos a votação e aprovados por unanimidade, na ausência do PAN e do CH.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

A solicitação do Grupo Parlamentar do PS, foi adiado para a reunião seguinte o ponto 5, que consistia na discussão e votação, na especialidade da [Proposta de Lei n.º 72/XIV/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova a Lei-quadro do estatuto de utilidade pública.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto que «*Recomenda ao Governo que dê prioridade ao recrutamento dos recursos humanos necessários para o funcionamento do sistema prisional e tutela*» [[Projeto de Resolução n.º 1027/XIV/2.ª\(PCP\)](#)], tendo sido aceites por unanimidade, na ausência do PAN e do CH, todas as sugestões de redação constantes do documento da DAPLEN, de 30 de março de 2021.

No sétimo ponto, foi apreciado o relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) 2019/816, que cria um sistema centralizado para a determinação dos Estados-Membros que possuem informações sobre condenações de nacionais de países terceiros e de apátridas (ECRIS-TCN) tendo em vista completar o Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais e o Regulamento (UE) 2019/818 relativo à criação de um regime de interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE no domínio da cooperação policial e judiciária, asilo e migração, e que altera os Regulamentos (UE) 2018/1726, (UE) 2018/1862 e (UE) 2019/816, para efeitos da introdução de uma triagem dos nacionais de países terceiros nas fronteiras externas [[COM\(2021\)96](#)], que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Romualda Fernandes (PS). Após a intervenção do Senhor Deputado Duarte Marques (PSD), o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do PAN.

Em seguida, foi apreciado o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Direção do Centro de Estudos Judiciários e de representantes a indicar pela Polícia de Segurança Pública e pela Guarda Nacional Republicana sobre formação de magistrados e das forças de segurança no âmbito da violência doméstica, cuja apresentação foi feita pela Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD). Seguiram-se, no uso da palavra, as Senhoras Deputadas Isabel Alves Moreira (PS) e Sandra Cunha

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

(BE), tendo ambas saudado o Grupo Parlamentar do PSD pela iniciativa, pois entendiam tratar-se de uma matéria importantíssima. A Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) propôs que as audições requeridas, caso fossem aprovadas, tivessem lugar na Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, proposta que mereceu o acordo dos presentes. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP.

Os trabalhos prosseguiram com o nono ponto da ordem de trabalhos, que consistia na discussão e votação do Projeto de Voto n.º 505/XIV/2.ª - [De congratulação por ocasião do 100.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Amarante](#). Usaram da palavra os Senhores Deputados José Cancela Moura (PSD), Francisco Oliveira (PS) e António Filipe (PCP), tendo estes últimos dito que se associavam e subscreviam o voto apresentado, passando a ser um voto subscrito também pelos Grupos parlamentares do PS e do PCP. No mesmo sentido se manifestou o Grupo Parlamentar do BE e a Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, pelo que passou a Projeto de Voto conjunto do PSD, do PS, do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira. No final, submetido a votação, o Projeto de Voto n.º 505/XIV/2.ª foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto seguinte, o Senhor Deputado José Magalhães (PS) apresentou, de forma muito sintética, o relatório de participação, por videoconferência, na Reunião Interparlamentar promovida pela Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu (JURI) sobre o tema «Legislar Melhor de um Ponto de Vista Digital», realizada em Bruxelas, a 27 de outubro de 2020, na qual o orador e a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) representaram a 1.ª Comissão.

Seguiu-se a apreciação do relatório final da Petição n.º 18/XIV/1.ª - [Legalização da Prostituição em Portugal e/ou Despenalização de Lenocínio, desde que este não seja por coação](#), que foi apresentado pelas respetivas reladoras, Senhoras Deputadas Joana Sá Pereira e Elza Pais (PS). No debate que se seguiu, intervieram as Senhoras Deputadas Isabel Moreira (PS), Lina Lopes (PSD), Joacine Katar Moreira (Ninsc), Sandra Cunha (BE) e Cláudia Santos (PS), tendo todas se congratulado com o trabalho

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

exaustivo e de pormenor realizado pelas relatoras, mas expressado diferentes posições relativamente a esse tema, um tema fraturante que suscitava muitas divergências.

No final, submetido a votação, o relatório final foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do PCP e abstenções das Deputadas Isabel Alves Moreira (PS) e Joacine Katar Moreira (Ninsc), registando-se as ausências do BE, do CDS-PP e do PAN.

No décimo segundo ponto da ordem de trabalhos, foram admitidas por unanimidade as seguintes petições:

- Petição n.º 222/XIV/2.ª - [Por mais regulação na venda de foguetes e engenhos pirotécnicos](#) - que foi admitida e analisada, tendo a sua apreciação sido concluída com a aprovação da nota de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, da Lei n.º 51/2017, de 13 de julho e da Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro), tendo sido deliberado remeter o respetivo texto ao Senhor Ministro da Administração Interna, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 19.º do RJEDP, bem como aos Grupos Parlamentares, aos Deputados únicos representantes de partido e às Deputadas não inscritas, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º do mesmo regime jurídico.
- Petição n.º 225/XIV/2.ª - [Solicitam que os descontos para o Serviço de Assistência na Doença da GNR incidam sobre 12 meses de remuneração base](#) –, de que foi designada relatora a Senhora Deputada Lina Lopes (PSD).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 31 de março de 2021.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIV/ 2.ªSL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Elza Pais (PS)
Francisco Pereira Oliveira (PS)
Isabel Alves Moreira (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
José Magalhães (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Romualda Fernandes (PS)
André Coelho Lima (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Luís Marques Guedes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Sandra Cunha (BE)
António Filipe (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
Inês De Sousa Real (PAN)
André Ventura (CH)
Jocine Katar Moreira (NINSC)
Paulo Porto (PS)
Susana Amador (PS)
Carlos Peixoto (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
José Cancela Moura (PSD)
Lina Lopes (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Neves (PSD)
Sandra Pereira (PSD)